

# *Saiba sobre a lei de comunicação*

## **Contexto legal:**

No Estado Plurinacional da Bolívia, a "Ley General De Telecomunicaciones, Tecnologías De Información Y Comunicación", promulgada em 10 de agosto de 2011, regula a comunicação. Esta lei estabelece a administração estatal do espectro radioelétrico e busca garantir direitos de comunicação para todos os bolivianos, incluindo comunidades indígenas e afro-bolivianas.



# *Saiba sobre a lei de comunicação*

## **Distribuição e frequências:**

A lei define a distribuição de frequências para radiodifusão da seguinte forma:

- Estado: até 33%
- Comercial: até 33%
- Social comunitário: até 17%
- Povos indígenas e comunidades interculturais: até 17%

As concessões são feitas pelo Poder Executivo para o Estado, por licitações para o setor comercial, e por concursos para o setor social comunitário e povos originários.





# *Saiba sobre a lei de comunicação*

## **Participação e controle social**

Apesar de garantir a participação dos movimentos indígenas e a criação de espaços de controle social, a lei não inclui a sociedade civil no Comitê Plurinacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (Coplutic).



# *Saiba sobre a lei de comunicação*

## **Desafios à liberdade de imprensa**

A liberdade de imprensa na Bolívia enfrenta problemas significativos. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SII) relata uma asfixia econômica das mídias independentes, exemplificada pelos jornais Los Tiempos e El Diario, que enfrentam perseguições fiscais e judiciais. Além disso, a alocação de publicidade estatal favorece grandes plataformas digitais, prejudicando ainda mais a mídia local.



